

Apresentação da chapa 1

“Em defesa da universidade pública, dos direitos sociais e da democracia”

As eleições para a diretoria da Adusp (biênio 2019/2021) ocorrem num momento de ataque sem precedentes ao projeto de nação, que, com todas as limitações, foi forjado ao longo de nossa história.

O governo Bolsonaro e seus aliados nos estados empreendem uma ofensiva no plano ideológico contra valores fundamentais de nossa sociedade: a democracia é questionada, as atrocidades da ditadura militar são negadas ou até mesmo reivindicadas; as ciências, em especial, as humanidades, são descartadas e consideradas inúteis; valores retrógrados sobre gênero, pertencimento étnico-racial ou diversidade sexual são proclamados, movimentos sociais são perseguidos, as liberdades democráticas, ameaçadas; questionam-se, enfim, os fundamentos de um projeto alicerçado em valores humanitários básicos.

A investida contra direitos e avanços sociais não se limita à retórica. Nesses primeiros meses de governo, assistimos ao desmonte ou ao bloqueio dos órgãos de proteção ambiental e de defesa dos povos indígenas, de combate à discriminação de gênero, racial ou sexual e, até mesmo, à destruição das políticas de preservação do patrimônio cultural. Ao mesmo tempo, facilita-se o porte de armas, estimula-se a violência policial e permite-se o uso indiscriminado de agrotóxicos, entre outras medidas inaceitáveis.

Enormes agressões são dirigidas à classe trabalhadora por meio da tentativa de destruir a Previdência Social e com ataques aos direitos trabalhistas e às organizações sindicais, conforme anseios dos grandes interesses econômicos, em detrimento das reais necessidades da maioria da população.

No âmbito da educação, o MEC está empreendendo uma verdadeira cruzada contra os princípios mais básicos que a deveriam orientar. O projeto “escola sem partido” é explicitamente incentivado, perseguindo professores e cerceando a liberdade de expressão; verbas são cortadas nas agências federais de fomento e, a cada instante, são esperadas novas investidas contra as universidades públicas, como no caso do recente anúncio de um corte de 30% nos recursos destinados ao custeio das universidades federais.

As universidades estaduais paulistas também sofrem ataques variados. Por um lado, a CPI das universidades na ALESP se apresenta cada vez mais como uma tentativa de controle ideológico e busca de extinguir a autonomia universitária. Por outro, com o discurso da “inovação” e do “empreendedorismo”, o governo Doria procura ampliar a privatização das universidades e dos institutos de pesquisa públicos, nesse caso, em sintonia com a Reitoria da USP.

No plano interno, a Reitoria da USP executou, nos últimos anos, uma política institucional de desmonte da atuação em todas as esferas universitárias, no ensino, na pesquisa, na extensão e na área administrativa. Houve perda de cerca de 600 docentes efetivos e de 3600 funcionários; vimos o desmonte do HU, a desvinculação do HRAC, o fechamento da Creche Oeste e de outras estruturas da universidade, além de um enorme arrocho

salarial. A “nova avaliação docente”, a outra face da moeda do desmonte, encomendada pela reitoria à empresa McKinsey, servirá para justificar essa política e para favorecer os proclamados “centros de excelência”, que se constituiriam nas áreas de maior interesse para o “mercado”. Em síntese, enfrentamos um cotidiano de mais trabalho, mais cobranças e de remuneração substancialmente menor!

Se os ataques são enormes, a resistência cresce a cada dia. No plano federal, o governo Bolsonaro perde rapidamente sua popularidade e a incompetência generalizada bloqueia parte de suas investidas. Os movimentos sociais, superando uma fase inicial de perplexidade, retomam as ações para a construção de uma ampla frente de luta.

No plano estadual, contudo, até o momento, o governo Doria não tem enfrentado maiores obstáculos. Contingenciou o orçamento das universidades e da Fapesp, submeteu a Unesp a um “contrato de gestão”, ameaçou desvincular o Museu Paulista da USP e colocou à frente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico alguns dos responsáveis pelo projeto privatista “USP do Futuro”, encomendado à McKinsey & Company em 2015.

Nesse contexto, **a defesa e o fortalecimento do nosso sindicato é fundamental, tanto para contribuir nas lutas mais gerais, quanto para dar continuidade às suas ações na Universidade, tarefa para a qual a Adusp é insubstituível.**

Nesse momento de eleições para a sua diretoria, reivindicamos as ações realizadas pela Adusp na gestão que se encerra. Nossa entidade saiu dos muros da universidade para enfrentar os desafios colocados: articulou a constituição do Comitê Paulista pela Educação sem Censura, que agrega diversas entidades e movimentos, e vem desempenhando um papel central na reorganização da frente em defesa das universidades e dos institutos de pesquisa públicos paulistas, âmbitos em que pode desempenhar papel fundamental. No plano nacional foi às ruas cobrar a apuração das responsabilidades pela morte de Marielle Franco, participando desde o início da luta contra Bolsonaro e da campanha contra a reforma da previdência. Internamente à USP, a Adusp vem mantendo sua linha de combate aos processos de descaracterização da universidade pública; tem denunciado os desmandos da Cert e as ameaças da “nova” avaliação docente; permanece firme na defesa do HU, das creches e das condições de trabalho; na luta pela autonomia, pelo devido financiamento, pela carreira e por salários condizentes com a responsabilidade do trabalho acadêmico. Ao mesmo tempo, tem realizado um persistente esforço de aproximação entre a entidade e os docentes, por meio de visitas sistemáticas às unidades, inclusive nos *campi* do interior.

No intuito de dar continuidade a essas tarefas, apresentamos o programa e a chapa **Em defesa da universidade pública, dos direitos sociais e da democracia** para concorrer às eleições para a diretoria da Adusp, sempre pautando-nos pela perspectiva de congregar todas e todos que se contrapõem aos ataques que estamos sofrendo, condição fundamental para a construção e a ampliação das lutas.

Eleições para Diretoria da Adusp • gestão 2019–2021

Colega, fortaleça seu sindicato, compareça às urnas nos dias 28, 29 e 30 de maio

Programa da chapa 1 "Em defesa da universidade"

A. PARA OS DOCENTES E A UNIVERSIDADE

Sobre condições de vida e trabalho

1. Defesa do RDIDP como regime preferencial de trabalho dos professores na Universidade. Reafirmação de um corpo docente articulado em torno do ensino, da pesquisa e da extensão, formado a partir de concursos públicos realizados com essa finalidade, frente às propostas que buscam dissociar as atividades docentes, que precarizam e terceirizam nossas atividades, com contratos temporários, não reposição das aposentadorias, entre outras estratégias.
2. Reposição dos claros resultantes de aposentadorias e rescisões. Ampliação do quadro docente em proporção à expansão experimentada pela Universidade nas últimas duas décadas. Abertura imediata de concursos para preenchimento das vagas ociosas e das ocupadas por professores temporários.

Avaliação e Carreira

3. Rejeição do produtivismo acadêmico, reproduzido pelas agências de fomento e adotado pelas comissões centrais de avaliação da USP e pela Cert, por considerar que ele não promove a reflexão crítica e pausada, sacrificando o pleno desenvolvimento e a qualidade do trabalho acadêmico.
4. Defesa de uma avaliação descentralizada, de caráter não punitivo e que favoreça uma produção acadêmica e científica de qualidade e socialmente referenciada.
5. Por uma avaliação do estágio probatório e do período experimental dos regimes de trabalho centrada nos departamentos e unidades, sem intervenção de comissões centrais, e tendo por base a análise qualitativa e global das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o engajamento institucional.
6. Compromisso com o acompanhamento atento e crítico do processo de implantação e início de execução da nova sistemática de avaliação, juntamente com a defesa do protagonismo e autonomia dos departamentos e unidades no processo de avaliação.
7. Luta pela revogação do atual Estatuto do Docente e também do Regimento interno da nova Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que visam a exercer controle e dar direcionamento à atividade docente, prejudicando o exercício do trabalho acadêmico de qualidade e o cumprimento da função social da universidade.
8. Revisão ampla da carreira docente objetivando o fim da avaliação externa às unidades e rediscussão da mudança que deu origem aos níveis horizontais.

Salário

9. Defesa de uma política salarial de médio prazo para docentes e funcionários técnico-administrativos que garanta a manutenção do poder aquisitivo dos salários e a recuperação de perdas históricas.
10. Luta, em conjunto com os docentes da Unicamp e da Unesp, pela valorização salarial dos níveis iniciais da carreira.
11. Combate às iniciativas que descaracterizem os salários e que contribuam para a quebra de isonomia salarial entre os docentes da ativa e os aposentados. Incorporação dos valores dos cartões alimentação e refeição aos salários.

Previdência

12. Ampliação dos direitos previdenciários, com garantia de integralidade e paridade dos proventos dos aposentados, atuais e futuros, em relação aos salários dos docentes da ativa.
13. Combate à atual proposta de reforma da previdência que rompe com qualquer perspectiva de proteção social e transfere fundos públicos para o mercado ao introduzir o sistema de capitalização no regime geral para toda a população. Esse modelo é o oposto do que vigora nos países da OCDE e colapsou na maioria dos países na América Latina e na Europa/Ásia que o adotaram a partir dos

anos 80, tendo que ser revertido. A proposta é especialmente perversa com os já menos favorecidos, com as mulheres e com os pensionistas. De fato, visa a acabar com o ainda insuficiente sistema de proteção social em vigor e privilegiar as instituições financeiras por meio da venda de planos de "previdência privada", com alíquotas de até 22%, sem qualquer garantia do pagamento de aposentadorias dignas, agravando em muito a situação de toda a população e também dos docentes da USP, já duramente prejudicados pela reforma de 2003 e pela implantação do SPPrev em 2013.

B. PARA A UNIVERSIDADE

Sobre democratização e transparência orçamentária e administrativa

1. Luta pela instalação de uma Estatuinte Exclusiva, Soberana e Paritária, que elabore um novo estatuto para a USP, visando à sua efetiva democratização.
2. Abertura das contas da USP, com a publicação detalhada de todos os dados e de todas as receitas e despesas.
3. Exigência de que todas as instâncias da USP cumpram a lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011).
4. Por uma gestão democrática da universidade, com ampla consulta à comunidade USP e combate aos acordos e práticas que submetem a gestão e os rumos da USP à iniciativa e aos interesses privados, como ocorreu com os acordos com as consultorias McKinsey e a ONG Comunitas, firmados de forma "clandestina" e irregular.
5. Defesa de eleições diretas e paritárias para reitor e diretores de unidade.
6. Defesa da autonomia didático-financeira, com adequado financiamento público.

Sobre a questão de segurança

7. Pela revogação do convênio entre a USP e a Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo que contribuiu para a militarização dos *campi* e o uso da violência policial pela reitoria.
8. Pela democratização das formulações que digam respeito ao papel e dimensionamento da Superintendência de Prevenção e Proteção Universitária da USP e da Guarda Universitária.

Sobre as diversas formas de violência

9. Contra todas as violências de cunho sexual/de gênero/racial/moral na Universidade, fortalecendo as iniciativas institucionais e não-institucionais, que forneçam orientação e acolhimento às vítimas.
10. Pela implantação de um Centro de Referência para acolhimento das vítimas, com profissionais que garantam atendimento médico, de enfermagem, psicológico e jurídico.
11. Combater toda forma de preconceito por motivo de classe, raça, cor, gênero, orientação sexual, deficiência ou de geração, dentro da universidade.

Sobre o desmonte da USP

12. Defesa da manutenção das creches da Universidade. Reabertura da Creche Oeste com todas as condições necessárias para seu funcionamento pleno, como uma unidade de ensino, pesquisa e extensão. Pelo reconhecimento dos profissionais da educação infantil; ampliação das vagas e preenchimento das vagas ociosas.
13. Contratação de docentes e funcionários para a Escola de Aplicação, repondo as demissões recentes provocadas pelos PIDVs, bem como pelas aposentadorias.
14. Contratação pela USP de médicos, enfermeiros e demais profissionais que deixaram seus cargos a partir dos PIDVs, para reabertura de leitos, ambulatórios e pronto-atendimentos, recuperando a qualidade do HU como unidade de ensino, de pesquisa e de extensão de serviços à comunidade. Manter as

pública, dos direitos sociais e da democracia"

ações junto ao Ministério Público pela transparência da aplicação das verbas extras destinadas ao HU aprovadas pela Alesp.

Sobre terceirização e desvinculação dos hospitais universitários

15. Contra o continuado processo de terceirizações que permite à reitoria promover a precarização das atividades da universidade como as de assistência à saúde, limpeza, segurança e assistência social, incluindo os restaurantes e as creches.
16. Contra qualquer projeto de privatização ou desvinculação dos hospitais universitários da USP e pela garantia de condições que mantenham a qualidade das atividades realizadas pelo HU e pelo HRAC.

Socioambiental

17. Compromisso com um amplo e participativo processo de incorporação de diretrizes e procedimentos socioambientais nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.
18. Pelo cumprimento das leis e princípios socioambientais que garantam a integridade física, mental e moral de estudantes, docentes e funcionárias/os.

Sobre fundações e cursos pagos

19. Defesa do caráter público da Universidade, seja no acesso, seja na lógica do seu funcionamento, seja na destinação da sua produção.
20. Oposição à acumulação de cargos na administração da universidade e em diretorias, em conselhos curadores de fundações privadas, em especial no que se refere ao Co onde, atualmente, parte considerável dos membros possui vínculo expressivo com entidades privadas autodeclaradas "de apoio" à universidade.
21. Defesa de que o conhecimento produzido nas universidades públicas seja de domínio público e de livre acesso.
22. Defesa da gratuidade em todos os cursos oferecidos pela universidade e/ou no espaço da universidade.
23. Oposição a todos os tipos de contratos e convênios com entidades privadas que impliquem a administração de recursos públicos por parte de entidades privadas e, especialmente, que as atividades-fim da universidade sejam a elas delegadas.
24. Acompanhar e lutar para que a "CPI das universidades" não contribua para desqualificar e descaracterizar as universidades públicas paulistas.

C. PARA A ENTIDADE

1. Fortalecimento da organização de base da Adusp e do Conselho de Representantes, ampliando a participação dos docentes na entidade e estimulando o engajamento dos associados nos Grupos de Trabalho temáticos da entidade, com um esforço especial para aproximar os novos docentes à Adusp.
2. Manter a prática da atual gestão da Adusp de promover visitas às unidades, incluindo as regulares aos campi do interior, e de oferecer aos novos docentes concursados um "kit" de boas vindas contendo diversas publicações da Adusp.
3. Ampliação da presença da Adusp nos *campi* do interior, promovendo atividades e procurando estabelecer sedes nos *campi* que ainda não contam com essa estrutura.
4. Fortalecimento do Fórum das 6 e do Andes-SN. Apoio aos Grupos de Trabalho do Andes, incentivando e viabilizando que os docentes interessados possam deles participar.
5. Manutenção e ampliação da atuação da assessoria jurídica nas questões gerais de interesse dos docentes e na defesa da universidade pública e gratuita, a exemplo do que foi feito no *campus* de Piracicaba pela atual gestão.

D. PARA A SOCIEDADE

1. Defesa da educação superior pública e de qualidade socialmente referenciada, contrapondo-se firmemente aos vários ataques

- vindos dos governos estadual e federal, que visam à precarização e ao desmonte do sistema público de ensino superior brasileiro.
2. Luta, juntamente com o Fórum das Seis, por mais recursos para a educação pública, incluindo a ampliação da dotação orçamentária das universidades estaduais e do Centro Paula Souza, de modo a fazer frente à significativa expansão ocorrida nas últimas décadas.
3. Pela implementação e consolidação em todas as unidades da USP do sistema de cotas sociais e étnico-raciais (entre outras). Por programas de permanência estudantil e de democratização do acesso à universidade que visem à aprovação de uma política de inclusão, tendo como referência as propostas e os avanços já conquistados pelos movimentos sociais que há muito travam essa luta.
4. Combate às políticas para a educação que visem a legitimar ou favorecer mecanismos de uso indiscriminado do Ensino à Distância, em detrimento da educação presencial; em especial na formação inicial de professoras e professores.
5. Luta pela efetiva aplicação de 10% do PIB nacional na educação pública.
6. Empenho na rearticulação de fóruns autônomos em defesa da escola pública em âmbito estadual e nacional.
7. Apoio à luta pela reforma agrária numa perspectiva agroecológica, pelo direito à moradia e pela melhoria da qualidade do atendimento à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).
8. Luta contra os mecanismos de sonegação e evasão fiscal; defesa de uma reforma tributária com base em impostos progressivos e distributivos, que incidam sobre a renda da parcela abastada da população, sobre o lucro de empresas, de rentistas e da transferência de propriedades e capitais.
9. Defesa de todas as liberdades democráticas, ameaçadas por parte dos governos federal e estadual e do poder judiciário. Contra a militarização da sociedade e a incitação à violência dadas pelo governo Bolsonaro e seus aliados. Basta de perseguição a lideranças políticas e sindicais, e de impunidade para milícias e grileiros. Basta de justiça seletiva.
10. Contra o racismo, a violência de gênero e os ataques a LGBTs crescentemente estimulados por setores de poder na sociedade.

Sobre o Governo Bolsonaro

No programa com que se elegeu, a atual diretoria caracterizava o governo Temer como "fruto de um golpe institucional" e levantava a bandeira de "Fora Temer - nenhum direito a menos". Em 2018, a Adusp participou da campanha #EleNão e, pela primeira vez na história da associação, assumiu posição eleitoral no sentido de alertar os colegas a não votar no projeto reacionário representado pela chapa Bolsonaro-Mourão.

O governo Bolsonaro é o maior inimigo já enfrentado pelos trabalhadores e pelos setores populares no Brasil depois da ditadura militar de 1964. Reúne o lado mais truculento, predador e imediatista do capital com os subprodutos mais obscuros da militarização do espaço público. Entrega o patrimônio nacional a passos acelerados, destrói o meio ambiente, busca implantar forças policiais com licença para matar e abrir espaço para a ação criminosa de milícias e de grupos armados pelo agronegócio. É um governo pautado pela violência e destruição dos princípios republicanos como política de Estado porque assumiu a missão de sequestrar toda a riqueza que a sociedade produz para beneficiar banqueiros e grandes empresários, acabando com a previdência, com os direitos trabalhistas, com a saúde, com a segurança e a educação pública. Por isso, é inimigo declarado da universidade pública e busca aniquilá-la mediante o sequestro das suas verbas, as tentativas de censura e perseguição política e a disseminação de todo tipo de mentiras. A Adusp, como todas as organizações representativas de docentes, estudantes e funcionários, deve continuar na luta organizada para derrotar esse governo e suas políticas.

Nomina da chapa 1

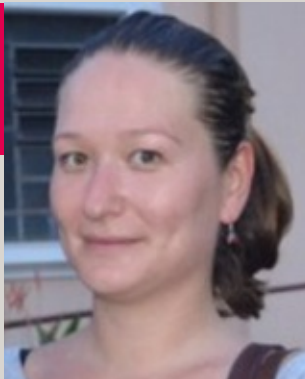
PRESIDENTE
Rodrigo M Ricupero
FFLCH

Historiador formado pela USP, doutorou-se em História Econômica e pesquisa história do Brasil nos séculos XVI e XVII. Atualmente ocupa o cargo de presidente da Adusp.



2ª VICE-PRESIDENTE
Annie Schmaltz Hsiou
FFCLRP

Bióloga formada pela PUC-RS, Mestrado e Doutorado em Paleontologia pela UFRGS. É professora associada do Departamento de Biologia da FFCLRP, foi membro do CR da Adusp por dois mandatos e é atualmente Diretora Regional da Adusp-RP.



2º SECRETÁRIO
Manoel F de Sousa Neto
FFLCH

Professor Doutor da área de Teoria e Método do Departamento de Geografia, com Pós-doutorado em História da Cartografia na Universidade do Porto/PT. Representante dos doutores no Co entre 2009 e 2011.



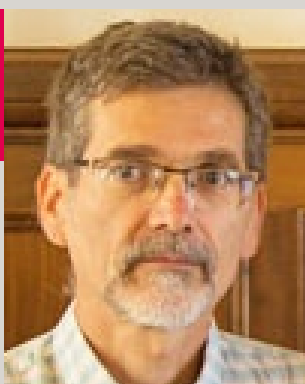
2º TESOUREIRO
Hélder Garmes
FFLCH

Ingressou como docente na USP em 2001, sendo atualmente professor livre-docente. Foi da diretoria da Adusp na gestão 2011/2013. Foi representante dos doutores e, depois, dos associados na Congregação da FFLCH, onde ministra aulas no curso de Letras.



DIRETOR PIRACICABA
Paulo E Moruzzi Marques
ESALQ

Engenheiro agrônomo formado na ESALQ e professor associado desta escola e do Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada, do qual é vice-presidente de sua comissão coordenadora. Membro do CR da Adusp na gestão 2017-2019.



DIRETOR RIBEIRÃO PRETO
José Marcelino R Pinto
FFCLRP

Licenciado em Física e bacharel em Direito pela USP, mestre e doutor em Educação pela Unicamp, com pós-doutorado pela Universidade de Stanford, EUA. Professor titular da FFCLRP, membro do Conselho Municipal de Educação de RP. Pesquisador na área de financiamento da educação.



1º VICE-PRESIDENTE
Michele Schultz
EACH

Fisioterapeuta formada pela PUC-Campinas, doutora em ciências morfofuncionais pelo ICB-USP. Professora doutora da USP Leste desde 2007, foi representante da categoria na Congregação da EACH. Atualmente exerce o cargo de 2ª Vice-presidente da Adusp.



1º SECRETÁRIO
Márcio Moretto Ribeiro
EACH

Graduado em Ciências Moleculares, com doutorado em Ciência da Computação e pós-doutorado pelo Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência pela USP. Professor da USP-Leste desde 2013, fez parte do CR da Adusp e é suplente de representante dos doutores no Co.



1ª TESOUREIRA
Marcia Regina Car
EE

Professora doutora da Escola de Enfermagem, atualmente aposentada. Foi membro do Conselho de Representantes e da Diretoria da Adusp. Participou da Equipe de organização de abertura do HU e atualmente faz parte do GT-Saúde da Adusp.



DIRETOR BAURU
Eliel Soares Orenha
FOB

Cirurgião-dentista e Prof. Dr. da FOB deste 2014. Atua nas áreas de Saúde Coletiva, Orientação Profissional e Gestão em Odontologia, Odontologia Legal e Deontologia. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos. Atualmente diretor regional de Bauru.



DIRETOR PIRASSUNUNGA
Celso E Lins de Oliveira
FZEA

Engenheiro Agrícola formado pela UFV, professor associado da FZEA, orientador no mestrado Profissional em Gestão e Inovação na Indústria Animal e responsável pela implantação e ex-coordenador do curso de Engenharia de Biosistemas.



**Eleições para
Diretoria da Adusp**
Colega, fortaleça seu sindicato,
compareça às urnas nos dias
28, 29 e 30 de maio